



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 146/2013

Institui o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

Parágrafo único. O Programa será administrado pela Fomento Paraná, gestora dos Ativos, em conformidade com o que estabelece o art. 1º, do Decreto Estadual nº 3.764, de 23 de março de 2001.

Art. 2º O ingresso no programa dar-se-á por opção do devedor principal, devedor solidário ou assuntor, que fará *jus* a regime especial de consolidação, quitação e parcelamento dos débitos.

Art. 3º Os contratos serão recalculados a partir da liberação original dos recursos, excluindo-se todo e qualquer aditamento já formalizado, bem como quaisquer penalidades e ou encargos acessórios, adotando-se como parâmetro de atualização das dívidas correção monetária pela taxa referencial – TR, acrescida de juros de três por cento ao ano, deduzindo-se os pagamentos efetuados, passando a ser este o valor devido.

Parágrafo único. O recálculo previsto no *caput*, bem como os demais benefícios previstos na presente Lei, somente poderão ser utilizados, conforme a situação específica de cada contrato, para a concessão de descontos, parcelamentos e quitação dos débitos, sendo vedada a restituição de valores aos mutuários.

Art. 4º O valor a ser firmado no instrumento de repactuação, se deferida a renegociação nos termos da presente Lei, deverá ser atualizado pelos encargos previstos nesta Lei, até a data da respectiva formalização.

Art. 5º Para os contratos enquadrados em programas com normas específicas estabelecidas por Órgãos Federais, serão respeitadas as condições de prazos, encargos e demais condições por elas fixadas.

Art. 6º Excetuam-se dos critérios de recálculo estabelecidos no art. 3º desta Lei, as dívidas de responsabilidade de pessoas físicas, na condição de produtores rurais, decorrentes de aquisição de tratores, máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, ou de responsabilidade de transportadores, pessoa física e jurídica, decorrente de aquisição de caminhões, equipamentos e implementos rodoviários, as quais serão apuradas mediante avaliação genérica do bem originalmente financiado, fornecida por fabricante ou revendedor autorizado, a qual terá validação por engenheiro do quadro da Fomento Paraná e/ou profissional credenciado.

Art. 7º Os mutuários cujos contratos apresentarem valor nominal atualizado ou recalculado, na forma do art. 3º desta Lei, igual ou inferior a R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) na data da edição desta Lei estarão dispensados do pagamento da integralidade da dívida.

Art. 8º O saldo devedor recalculado e consolidado, nos termos dos arts. 3º e 6º desta Lei, deverá ser amortizado em parcelas mensais e sucessivas, no prazo máximo de até vinte anos contados a partir da data da aprovação da proposta, cabendo ao Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná a concessão ou não de prazo de carência para início de pagamento.

Parágrafo único. O optante que comprovar a sazonalidade de sua atividade econômica poderá solicitar forma de pagamento diversa da mensal, respeitando-se o prazo máximo de vinte anos, devendo, no mínimo, ser estabelecida a obrigação de pagamento de ao menos uma parcela anual.

Art. 9º Os devedores que queiram liquidar sua dívida à vista farão *jus* ao desconto de cinquenta por cento incidente sobre o valor recalculado, nos termos dos arts. 3º e 6º desta Lei.

Art. 10. Caso o devedor opte pelo parcelamento de seu débito, fará *jus* a descontos progressivos do seu saldo devedor, recalculado nos termos dos arts. 3º e 6º desta Lei, nos seguintes percentuais:

I - entre duas e doze parcelas mensais, desconto de quarenta por cento;

II - entre treze e vinte e quatro parcelas mensais, desconto de trinta e cinco por cento;

III - entre vinte e cinco e trinta e seis parcelas mensais, desconto de trinta por cento;

IV - entre trinta e sete e quarenta e oito parcelas mensais, desconto de vinte e cinco por cento;

V - entre quarenta e nove e sessenta parcelas mensais, desconto de vinte por cento;

VI - entre sessenta e uma e setenta e duas parcelas mensais, desconto de dez por cento;

VII - acima de setenta e duas parcelas mensais, não será concedido desconto.

Art. 11. A competência para deferir dispensa, liquidação integral e parcelamento de dívida de operações que não sejam objeto de demanda judicial é do Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná.

§ 1º No caso de operações já ajuizadas, após a deliberação do Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná, o processo deverá ser encaminhado ao Conselho superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná para deliberação final.

§ 2º A concessão dos benefícios dos quais trata esta Lei, relativamente aos créditos ajuizados, fica condicionada à comprovação do pagamento dos honorários advocatícios, limitados a quatro por cento sobre os valores renegociados, os quais poderão ser parcelados a critério do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

Art. 12. A adesão ao Programa de Recuperação de Ativos estabelecido na presente Lei implicará na confissão irrevogável e irretratável dos débitos, além de renúncia a qualquer defesa ou recurso, administrativo ou judicial, em relação aos contratos repactuados.

Art. 13. O inadimplemento de qualquer uma das parcelas estabelecidas na repactuação, superior a sessenta dias, implicará na imediata revogação dos benefícios, independentemente de qualquer comunicação ou notificação, com o retorno do débito ao seu valor original, retomando-se os encargos previstos no contrato originário, ficando o devedor automaticamente impedido de fazer novo pedido de repactuação com base na presente Lei.

Art. 14. Fica autorizada a quitação e extinção de créditos de que é titular o Estado do Paraná, decorrentes do processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado do Paraná S/A, total ou parcialmente, recalculados nos termos dos arts. 3º e 6º desta Lei, mediante dação em pagamento de bens imóveis.

Art. 15. São exigências mínimas para a aceitação de bens em dação em pagamento, que:

I - o imóvel oferecido esteja localizado no território do Estado do Paraná;

II - não existam ônus sobre o imóvel, exceto de garantias ou penhoras estabelecidas em favor do Estado do Paraná ou do Banestado enquanto ainda titular do crédito;

III - o devedor esteja na posse de fato do imóvel, exceto aqueles de que o Estado do Paraná tenha a posse de fato;

IV - seja efetuado à vista o pagamento do valor do crédito remanescente objeto da dação em pagamento;

V - seja efetuado o pagamento dos honorários sucumbenciais devidos, estes limitados em quatro por cento sobre o valor do crédito a ser quitado, bem como das custas judiciais, se for o caso, quando se tratar de crédito objeto de demanda judicial;

VI - seja apresentado termo de confissão de dívida e renúncia formal a eventuais direitos demandados em juízo, assinado pelo devedor principal ou devedor solidário e, quando for o caso, por seu responsável legal;

VII - esteja o imóvel livre de passivos ambientais, bem como acompanhado de demonstração pelo órgão ambiental competente da inexistência de débitos.

VIII - seja o imóvel passível de divisão sem prejuízo do todo, quando for o caso;

IX - não se enquadre no conceito de "bem de família" da Lei Federal nº 8.009, de 29 de março de 1990;

X - a comprovação de regularidade fiscal do bem perante as Fazendas Públicas da União, do Estado-membro e do Município em que situado o imóvel.

Art. 16. Além dos requisitos previstos no art. 15 desta Lei, a aceitação de imóvel em dação em pagamento dependerá de:

I - análise do interesse e da viabilidade da aceitação do imóvel pela Agência de Fomento do Paraná S/A;

II - avaliação técnica do imóvel, a ser custeada pelo interessado;

III - aprovação da dação em pagamento pelo Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná;

IV - aprovação da dação em pagamento pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, quando se tratar de crédito objeto de demanda judicial;

V - lavratura da escritura de dação em pagamento e respectivo registro na matrícula.

Art. 17. O devedor que pretenda habilitar-se para dação em pagamento regulada por esta Lei deverá formalizar requerimento à Gerência de Recuperação de Ativos e Gestão de Fundos da Agência de Fomento do Paraná S/A, contendo, necessariamente, a indicação pormenorizada do bem objeto do pedido da dação em

pagamento, sua localização, dimensões e confrontações, bem como cópia do título de propriedade e respectivos comprovantes da inexistência de débitos de quaisquer natureza.

Parágrafo único. O pedido de dação em pagamento implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos, assim como exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial que discuta o débito.

Art. 18. Os imóveis objetos de dação em pagamento deverão estar acompanhados de Laudo de Avaliação, emitido por profissional capacitado e credenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A.

§ 1º O avaliador deverá, obrigatoriamente, visitar o imóvel e instruir a avaliação técnica com fotografias atuais do bem.

§ 2º A avaliação técnica deverá conter relatório específico discriminando a efetiva situação do imóvel quanto a:

I – riscos aparentes de inundação, desmoronamento, perecimento ou deterioração;

II – ocupação da área do imóvel;

III – degradação ambiental por deposição de lixo ou resíduos químicos na área do imóvel ou em seu entorno;

IV - existência de ocupação no imóvel apta à provocar aquisição por prescrição aquisitiva em relação aos ocupantes;

V - quaisquer outras ocorrências que possam comprometer o aproveitamento do imóvel.

§ 3º A ocorrência de um ou mais fatores mencionados neste artigo influirá na definição do valor do imóvel, devendo ser devidamente sopesado na elaboração da avaliação técnica e só será aceito como dação em pagamento se houver o efetivo interesse do Estado no imóvel em questão.

Art. 19. Uma vez concluída a avaliação técnica, o devedor será intimado para manifestar sua concordância com o valor apurado, no prazo de cinco dias, a contar do recebimento da intimação:

§ 1º Havendo discordância em relação ao valor apurado, o devedor poderá formular, em igual prazo, pedido de revisão da avaliação devidamente fundamentado, ouvindo-se novamente o responsável pela avaliação no prazo de quinze dias.

§2º O silêncio do requerente será interpretado como concordância tácita e irrevogável em relação ao valor constante da avaliação.

Art. 20. Após análise do pleito pela Gerência de Recuperação de Ativos e Gestão de Fundos e da avaliação referida o pleito será deliberado pelo Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná, a quem competirá a decisão pelo deferimento do pleito.

Parágrafo único. Quando o crédito for objeto de ação judicial, após deliberação do Comitê de Gestão e Controle, o pleito será encaminhado à deliberação final pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

Art. 21. Na hipótese de o valor do bem aceito em dação em pagamento ser inferior ao débito, o saldo remanescente deverá ser quitado à vista e em moeda corrente.

Art. 22. Na hipótese de o valor do bem aceito em dação em pagamento ser superior ao débito, o devedor deverá expressamente renunciar ao direito de receber qualquer valor correspondente ao excedente.

Art. 23. Dentro do prazo de trinta dias contados da notificação do interessado a respeito da deliberação regulada pelo art. 20 desta Lei, e em hipótese de deferimento do pleito, deverá ser lavrada escritura pública de dação em pagamento, cabendo ao devedor a apresentação de todos os documentos e certidões indispensáveis ao aperfeiçoamento do ato.

Parágrafo único. Dentro do prazo referido no *caput* deste artigo, e antes da assinatura da escritura pública referida, deverá o devedor cumprir o disposto nos arts. 21 e 22 desta Lei, conforme o caso.

Art. 24. Após formalização do registro da escritura de dação em pagamento na matrícula do(s) imóvel(is), será providenciada a amortização do débito, sendo que o valor do crédito extinto será igual ao da avaliação, excetuando-se a hipótese do art. 22 desta Lei, no qual o valor do crédito extinto será aquele apurado conforme art. 3º desta Lei, retroagindo seus efeitos à data da escritura de dação em pagamento.

Art. 25. A imissão na posse do(s) bem(ns) dado(s) em pagamento dar-se-á em prazo não superior a noventa dias contados da assinatura da escritura pública, sob pena de desfazimento do negócio jurídico.

Art. 26. As despesas e tributos exigidos para a realização de instrumentos públicos, o registro e a imissão na posse do bem objeto da dação em pagamento serão de responsabilidade do devedor.

Art. 27. Após a formalização do registro da dação na matrícula do(s) imóvel(is), bem como da imissão na posse, o processo será imediatamente encaminhado à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aos cuidados da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, para anotações de demais providências de controle do patrimônio público.

Art. 28. Como forma de fomentar a economia paranaense, fica estabelecido que os recursos oriundos das recuperações dos ativos previstos pelo art. 1º desta Lei, descontados os honorários devidos à Procuradoria Geral do Estado do Paraná, serão assim destinados:

I –noventa por cento será integralizado junto ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, criado pela lei nº 4.529, de 12 de janeiro de 1962, alterada pela Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967;

II –dez por cento será destinado à Fomento Paraná a título de adiantamento para futuro aumento de capital social.

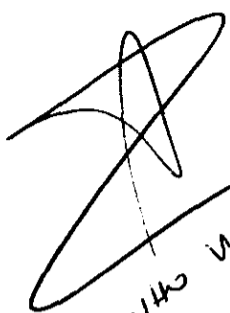
Art. 29. Casos não previstos nesta Lei serão apreciados e deliberados pelo Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná.


Art. 30. Ficam revogados o Decreto nº 3.398, de 23 de julho de 2004, as Leis nºs 14.936 e 14.937, ambas de 12 de dezembro de 2005, 15.943, de 3 de setembro de 2008 e 16.736, de 27 de dezembro de 2010.

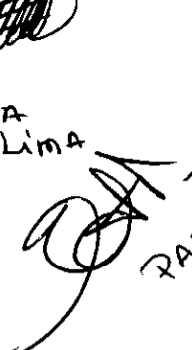
Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de outubro de 2013.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


TONINHO WANDSCHEER


Relator
CANTORA
MARA LIMA


PASTOR GELSON



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 359/2013

Altera a redação do art. 1º da Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, acrescentando-lhe o inciso VII ao § 3º e os §§ 9º e 10.

Art. 1º O § 3º do art. 1º da Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, passa a vigorar acrescido com o seguinte inciso VII:

“VII – certidão atualizada do registro imobiliário, comprovando a propriedade do imóvel, nos casos em que o objeto do repasse de recursos públicos seja a construção, reforma, ampliação ou conclusão de obra ou serviço de engenharia.”

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 16.244, de 2009, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 9º e 10:

“§ 9º A aplicação de recursos públicos na construção, ampliação, reforma ou conclusão de obra ou serviço de engenharia em imóvel de propriedade das entidades previstas no *caput* deste artigo somente poderá ocorrer quando o estatuto social da entidade previr, em caso de sua extinção ou de cessação de suas atividades, a destinação do imóvel para outra instituição congênere ou ao Poder Público.

§ 10. A certidão prevista no inciso VII do § 3º do art. 1º desta Lei poderá, por relevante motivo de interesse público, ser substituída por contrato ou compromisso, irretratável e irrevogável, de constituição de direito de uso, de natureza real ou obrigacional, celebrados na forma da lei e observadas as seguintes condições:

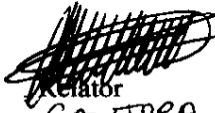
I – que o imóvel onde será executado o projeto seja de propriedade do Poder Público;

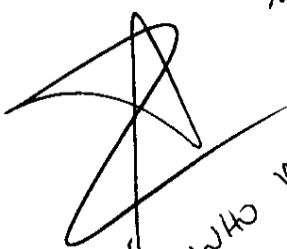
II – que o instrumento do contrato ou do compromisso contenha cláusula de garantia de uso do imóvel pelo prazo mínimo de cinco anos.”

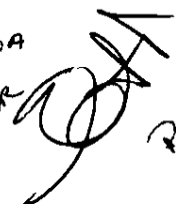
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 07 de outubro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator
CANTORA
MARA LIMA


TONINHO WANDSCHEER


Pastor Gibson



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 369/2013

Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 14.850, de 5 de outubro de 2005, que autorizou a doação de imóvel ao Município de Catanduvas.

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 14.850, de 5 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O imóvel referido no art. 1º desta Lei, tendo sido desmembrado em duas matrículas, será utilizado conforme a seguinte destinação:

a) da Matrícula nº 11.130, do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas, constituído de um imóvel urbano – Lote nº 07-A, subdivisão do Lote nº 07, da Quadra nº 21, com área de 4.016,00 m² (quatro mil e dezesseis metros quadrados), situado no Loteamento União, perímetro urbano da cidade de Catanduvas, com a finalidade de possibilitar aos pequenos produtores exporem e comercializarem seus produtos, visando a geração de emprego e renda;

b) da Matrícula nº 11.131, do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas, constituído de um imóvel urbano – Lote nº 07-B, subdivisão do Lote nº 07, da Quadra nº 21, com área de 784,00 m² (setecentos e oitenta e quatro metros quadrados), situado no Loteamento União, perímetro urbano da cidade de Catanduvas, com a finalidade de edificação do prédio do Tribunal Regional Eleitoral – TRE;

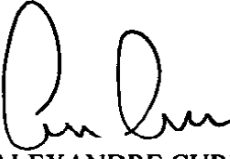
c) A Prefeitura Municipal de Catanduvas deverá proceder a implantação do “terminal rodoviário municipal” em parte dos imóveis descritos nos itens “a” e “b” deste artigo.”

Art. 2º O imóvel em questão será usado exclusivamente para as destinações previstas nesta Lei.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade prevista nesta Lei.


Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

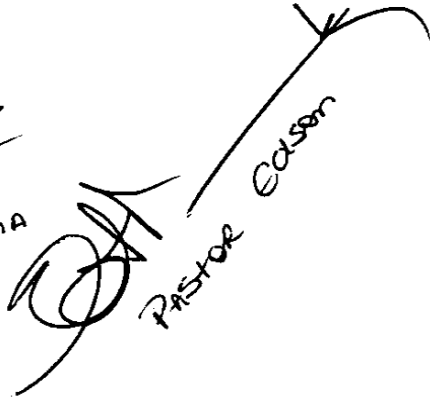
Sala das Comissões, 07 de outubro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator

CANTORA
MARA LIMA


Toninho Wandscheer


Pastor Edson



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 17/2013

Aprova Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e fiscalizar a baixa qualidade do serviço e as sucessivas quedas de sinal das empresas operadores de telefonia móvel no Paraná.

Art. 1º Fica aprovado o relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e fiscalizar a baixa qualidade do serviço e as sucessivas quedas de sinal das empresas operadoras de telefonia móvel no Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 20/2012, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 318, de 6 de novembro de 2012, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 02 de outubro de 2013.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator
Mael Lima

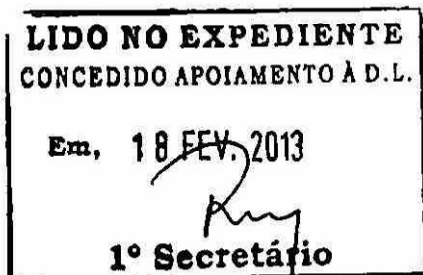
Ruyton Cury



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Júnior



PROJETO DE LEI Nº 33/2013



Ementa: Dispõe sobre a criação do Dia de Orientação e Educação de Trânsito para Motociclistas no Estado do Paraná

Decreta:

Artigo 1º - Será criado o Dia de Orientação e Educação de Trânsito para Motociclistas no Estado do Paraná

Artigo 2º - A ação deverá ser coordenada por uma Comissão Organizadora, instituída através de Decreto do Poder Executivo Estadual, composta pelos demais órgãos públicos e representantes da sociedade civil organizada atuante.

Artigo 3º - Esta ação tem como objetivos principais:

- I - Promover ações educativas, treinamentos teóricos, seminários, palestras, simpósios, para conscientização do motociclista sobre segurança no trânsito, legislação e especificidades sobre o trânsito com motocicletas;
- II - Promoção de cursos gratuitos para motociclistas recém habilitados;
- III - Realizar treinamento, aperfeiçoamento e reciclagem para o motociclista;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



IV – Conscientizar sobre a necessidade de respeito com os motoristas de todos os meios de transporte, assim como de pedestres.

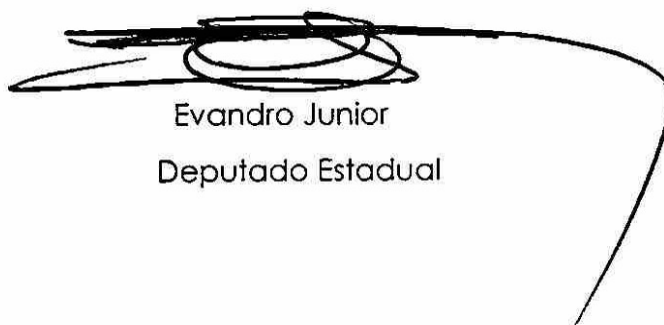
V – Levantar deficiências existentes através de discussão e reflexão acerca das características do setor, e criar medidas que venham alinhar políticas públicas de educação no trânsito, articulando educação e conscientização, aumentando o nível de qualificação e melhor habilitação no setor de transportes em duas rodas.

Artigo 4º: O Dia de Orientação e Educação de Trânsito para Motociclistas no Estado do Paraná será realizado anualmente, no último sábado do mês de Setembro.

Artigo 5º - Caberá ao Poder Executivo definir o órgão responsável para a realização desta ação.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de fevereiro de 2013.



Evandro Junior
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Evandro Junior



Justificativas

O que rege nossas cidades hoje é a via rodoviária, e com a falta de transporte público faz com que a população opte pelo veículo motorizado para se locomover. Isso é especialmente verdade se observarmos o crescimento no número de motos.

Em sendo o veículo de transporte de duas rodas o mais acessível, havendo a necessidade das pessoas se deslocarem de modo mais rápido, uma ascensão do nível de renda, financiamentos e estímulos dados pelo Governo Federal, a motocicleta se tornou uma opção muito procurada. Destaca-se por ter se tornado um instrumento de trabalho para muitos que perderam seus empregos e/ou não foram re-locados no mercado de trabalho.

De acordo com dados do Denatran - Departamento Nacional de Trânsito, em uma década, a frota de motos no Brasil cresceu 325%, o que totaliza 10,6 milhões de motocicletas. Com isso as conseqüências vieram, e o que era símbolo de liberdade e agilidade, hoje nos traz preocupações sérias no transporte, previdência, saúde pública e também ao meio ambiente.

Em uma análise das causas de milhares de acidentes, chegaram-se as seguintes conclusões:

90% dos acidentes são causados por falhas humanas.

4% são causados por falhas mecânicas.

6% são causados por má condição das vias.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Júnior



A partir destes dados, verificou-se que a grande maioria das falhas humanas pode ser evitada, tomando-se alguns cuidados básicos.

As soluções para estes problemas não passam apenas por uma ação, e somente do Poder Público, toda sociedade organizada deverá estar engajada também em tornar este meio de transporte mais seguro, e seus usuários conscientes de que devem pilotar com mais segurança, e que não são os únicos a ocupar as vias rodoviárias, que precisam dividir espaços com outros meios transportes.

Esta ação tem por finalidade criar uma oportunidade para os motociclistas terem acesso a todo um ciclo de ações, juntamente Poder Público e sociedade organizada, que irão torná-los mais conscientes de suas responsabilidades no trânsito, melhoria de sua segurança e segurança dos demais motoristas e pedestres. Concomitante a isto, oportunidade de participar das ações criadas, contribuindo com suas experiências e sugestões que visem melhores condições de transitar.

Sua realização no mês de Setembro de cada ano, aproveitando o que criou a Lei 16.678/2010, para assim dar continuidade nos esforços para um trânsito de melhor qualidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 033/2013

Projeto de Lei nº. 33/2013

Autor: Deputado Evandro Junior

Súmula: Dispõe sobre a criação do dia de orientação e educação de trânsito para motociclistas no Estado.

EMENTA: INSTITUI A CRIAÇÃO DO DIA DE ORIENTAÇÃO E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA MOTOCICLISTAS NO ESTADO. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Evandro Junior, tem por finalidade instituir a criação do dia de orientação e educação de trânsito para motociclistas no Estado, no último sábado do mês de Setembro.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

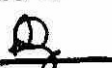
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR


APROVADO

06/08/13 



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº33/2013

Projeto de Lei nº 33/2013

Autor: Deputado Evandro Junior

Súmula: Dispõe sobre a criação do dia de orientação e educação de trânsito para motociclistas no Estado.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 33/2013, de autoria do Deputado Evandro Junior, dispõe sobre a criação do dia de orientação e educação de trânsito para motociclistas no Estado do Paraná.

Em justificativa apresentada em seu mérito, destaca-se a importância de se trabalhar a segurança no trânsito, priorizando a conscientização dos motociclistas em razão ao grande número de acidentes ocorridos diariamente por falha humana.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 33/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado. A ação sugere a inclusão de políticas públicas de educação no trânsito especificamente destinado aos motociclistas, com a criação de um dia único e exclusivo marcado pela conscientização e orientação por um trânsito mais seguro. Atitudes simples, provenientes de iniciativa dos órgãos de legislação e Poder Executivo do Estado, que em um modelo unificado, representam um trabalho ímpar pela segurança dos motoristas. O modelo apresentado sugere a inclusão de políticas educacionais representadas por um dia de orientações específicas, que certamente refletirá de forma direta na conscientização não só dos motociclistas, mas também pedestres e motoristas de um modo geral.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercillo Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Ocorre que a proposição em tela analisada, entra em uma linha importante por prezar a segurança da população. A legislação Federal ampara o Estado ao legislar sobre assuntos voltados diretamente ao bem estar da população e a apresentação desta proposta vem somente impulsionar essa prática pela conscientização da segurança no trânsito, revelando em seu mérito o destaque pelo bem estar e o interesse da população. Desta forma, afere-se uma abrangência grandiosa voltada à proteção, tranquilidade e informações precisas aos motoristas, sem que para isso necessite causar modificação ou qualquer interrupção no trânsito diário.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no *Art. 33-F do Regimento Interno desta Casa de Leis*.

Justifico desta forma o mérito desta proposição, buscando colocar em prática uma ação simples, mas que ajudará de forma direta na segurança da trafegabilidade dos motociclistas, um amparo legal que se reflete pela consciência de um trânsito mais seguro e tranquilo aos usuários.

A Lei Estadual nº 9.503 de 23/09/1997 – que se refere ao Código de Trânsito Brasileiro, vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita o Artigo 1º da Lei Estadual, no que diz respeito à segurança e a prioridade pela defesa da vida dos usuários:

§ 2º O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

(...)

§ 5º Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.

(Artigo 1º - § 2º e § 5º da Lei Estadual nº 9.503 de 23/09/1997)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Lembrando que esta proposição em seu mérito já recebeu manifestação favorável da Comissão de Constituição e Justiça, vindo de encontro a grandes benefícios trazidos para a população. Um processo simples pelo bem comum e o interesse público meramente justificado em razão de sua grande importância, conforme cita a Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 12º, no que diz respeito à competência do Estado e da União, que trabalham em parceria pelo bem comum:

Art. 12º É de competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

XII Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito. (...)

(Sessão II – Da Competência do Estado – Artigo 12 § XII da Constituição do Estado do Paraná)

Desta forma, evidenciamos claramente o mérito proposto neste Projeto de Lei, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se ainda no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com a União em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”*, **(Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná)**.

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a segurança, a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição ao vir de encontro à segurança dos motoristas e ao acesso de informações precisas, encontra fortes respaldos em seu mérito para ser apoiado por esta comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Alexandre Curi, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que referida proposição só trará benefícios a todos e merece indiscutivelmente total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 33/2013, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 14 de agosto de 2013.


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão


JONAS GUIMARÃES

TERCÍLIO TURINI
Relator

ADELINO RIBEIRO

ELTON WELTER

TERUO KATO

EDSON PRACZYK



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 24 JUN. 2013

Ruy
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 258/13

Súmula: Institui no Estado do Paraná a Semana de Prevenção de Combate a Infecção Hospitalar, a ser realizada na primeira semana do mês de setembro.

Art. 1º - Fica Instituída no Estado do Paraná a Semana de Prevenção de Combate a Infecção Hospitalar, a ser realizada na primeira semana do mês de setembro.

Parágrafo único - na semana a ser realizada a "Semana de Prevenção de Combate a Infecção Hospitalar", a Vigilância Sanitária intensificará nos Hospitais e Clínicas, realizando vistorias de combate à infecção hospitalar e realizando palestras sobre como prevenir e combater a infecção hospitalar.

Art. 2º - A realização ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 2013.

Dr. BATISTA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei visa instituir no Estado do Paraná a Semana de Prevenção de Combate a Infecção Hospitalar, a realizada na primeira semana do mês de maio.

As infecções hospitalares existem desde a Idade Média, porém apenas na década de 50 foram abordadas como um problema de saúde pública e a partir desse momento foram discutidas em eventos científicos e por organismos internacionais como Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Panamericana de Saúde (OPAS). A lei nº 9431, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção pelos hospitais do país, de programa de controle de infecções hospitalares, passou a ser subsídio para os gestores de saúde que iniciaram a grande batalha frente a essa problemática.

Em 1998, o Ministério da Saúde divulga a Portaria 2.616/98, que expande direcionamentos das medidas, salientando minimamente as ações necessárias a serem desenvolvidas para o aperfeiçoamento do PNCIH, estabelecendo assim a composição das Comissões de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) em todo e qualquer hospital. O andamento das atividades exercidas pelas CCIH's são previstas na Portaria-GM 2.616/98. É de competência dessas comissões toda a abordagem sobre as infecções no âmbito hospitalar, visando diminuir e controlar as taxas de infecção dentro do serviço de saúde em interação com as demais áreas e setores do hospital. Atualmente existem grandes limitações dentro dos serviços de saúde na projeção das coordenações de controle de infecção hospitalar.

Problemas esses que vão de investidora de recursos humanos em profissionais até o conhecimento e capacitação técnica dos profissionais envolvidos, que atuam nos estabelecimentos de assistência à saúde. É um grande desafio o combate ao aumento das taxas de infecção no Brasil.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI 258/2013

Projeto de Lei nº. 258/2013

Autor: Deputado Dr. Batista.

Súmula: Institui no Estado do Paraná a Semana de Prevenção de Combate a Infecção Hospitalar, a ser realizada na primeira semana do mês de setembro.

EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A SEMANA DE PREVENÇÃO DE COMBATE A INFECÇÃO HOSPITALAR. POSSIBILIDADE. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO.

1. PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da lavra do Deputado Dr. Batista, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a Semana Estadual de Prevenção de Combate a Infecção Hospitalar, que será realizada anualmente, na primeira semana do mês de setembro.



2. MÉRITO

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná *Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



No que tange ao objeto da ora proposição, imperioso mencionar o disposto no art. 165º da Constituição Federal, que trata "Dos Direitos relativos a saúde", dispõe que o Estado promoverá a defesa do em ação conjunta com a União e os Municípios tem o dever de assegurar tais direitos, se não vejamos:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Além disso, o Ministério da Saúde por intermédio da Portaria 2.616/98 expandiu o direcionamento das medidas de combate à infecção



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



hospitalar, salientando minimamente as ações necessárias a serem desenvolvidas para o aperfeiçoamento do PNCH, estabelecendo assim a composição das Comissões de Controle de Infecção Hospitalar (CCH) em todo e qualquer hospital.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2013.


Deputado Nelson Justus
PRESIDENTE


Deputado Tadeu Veneri
RELATOR


APROVADO

27/08/13



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 281/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 08 JUL 2013


1º Secretário

Súmula: Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná o "Encontro de Carros e Motos Antigos", realizado anualmente no terceiro final de semana de maio, no Município de Jataizinho.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Encontro de Carros e Motos Antigos", realizado anualmente no terceiro final de semana do mês de maio, no Município de Jataizinho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 08 de julho de 2013.


TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende incluir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Encontro de Carros e Motos Antigos, realizado anualmente no terceiro final de semana de maio, no Município de Jataizinho.

O Encontro de Carros e Motos Antigos ocorre há 9 (nove) anos, sempre no domingo posterior ao do dia das mães, sendo que esse ano ocorreu nos dias 18 e 19 de maio, na Praça Frei Timóteo.

O evento merece destaque pela brilhante organização, sendo que conta com um número expressivo de carros expostos e muitos são considerados relíquias pelos colecionadores.

A Prefeitura disponibiliza toda a estrutura para o acontecimento, assim como os vereadores e autoridades da região que não medem esforços para colaborar.

O Evento conta, ainda, com premiação em todas as categorias, além de shows e Praça de alimentação, tratando-se de um entretenimento para toda família e promovendo o lazer dos munícipes da região.

O Município de Jataizinho está situado a 25 quilômetros do Município de Londrina, e o evento é o segundo maior evento de carros do Estado, mesmo ocorrendo num Município de cerca de 12.000 (doze mil) habitantes.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta, pedimos o seu devido apoio e a sua consequente aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI 281/2013

AUTOR: DEPUTADO TERCÍLIO TURINI

RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

SÚMULA: Institui no Calendário de Eventos do Paraná o "Encontro de Carros e Motos Antigos", realizado anualmente no terceiro final de semana de maio, no Município de Jataizinho.

EMENTA: INSERÇÃO DATA
CALENDÁRIO OFICIAL. DIA TÉCNICO
EM MEIO AMBIENTE. COMPETÊNCIA
MEMBRO LEGISLATIVO. ARTS. 65 E 190,
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.
APROVAÇÃO.

Síntese:

O Projeto de Lei nº. 281/2013 objetiva inserir no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o "Encontro de Carros e Motos Antigos", realizado anualmente no terceiro final de semana do mês de maio, no Município de Jataizinho.

Fundamentação:

A constitucionalidade da proposição reside no artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Desta forma, diante da constitucionalidade, legalidade e legitimidade, **opino pela aprovação do Projeto de Lei nº. 281/2013 e pelo seu regular prosseguimento nesta Casa Legislativa.**

É o parecer.

Sala das Comissões, 03 de setembro de 2013.


Deputado Nelson Justus
Presidente

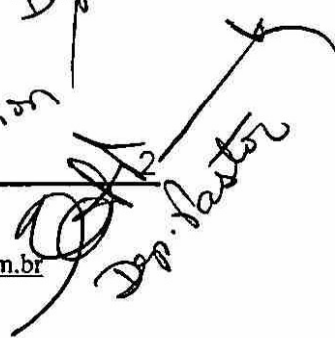

Deputado Tadeu Veneri
Relator


APROVADO

03.09.13 

Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri
Praça Nossa Sra. de Salette, s/n – 8º andar – gab 805

Tel: 3350 4094 - 3254 8121 - 3255 4241 – end. eletrônico: tadeuveneri@terra.com.br
www.tadeuveneri.com.br


Dep. Pastor



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL WILSON QUINTEIRO



Projeto de Lei nº 342/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 06 AGO. 2013

1º Secretário

Declara de Utilidade Pública a
"Sociedade Brasileira de Geriatria e
Gerontologia – Seção Paraná", com
sede e foro no município de Curitiba.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a "Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – Seção Paraná – SBGG-PR", com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de agosto de 2.013.


WILSON QUINTEIRO

Deputado Estadual - PSB



JUSTIFICATIVA

○ A “**Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – Seção Paraná - SBGG**” é uma associação civil sem fins lucrativos e beneficente, que tem por finalidade estimular e apoiar o desenvolvimento e a divulgação do conhecimento científico na área de Geriatria e Gerontologia, promovendo o aprimoramento e a capacitação de seus associados, estimular iniciativas e obras sociais de amparo à velhice, cooperar com outras organizações interessadas em atividades educacionais, assistenciais e de pesquisa relacionadas com a Geriatria e Gerontologia e zelar pelo nível ético, eficiência técnica e sentido social no exercício profissional da Geriatria e Gerontologia.

○ Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a “**Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – Seção Paraná - SBGG**” do município de Curitiba.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 342/2013

Projeto de Lei nº. 342/2013
Autor: Deputado Wilson Quinteiro

Súmula: *Declara de Utilidade Pública Estadual a "ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA- SEÇÃO PARANÁ", com sede e foro no Município de Curitiba.*

EMENTA: **DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual à **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA- SEÇÃO PARANÁ**", com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 354/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 14 AGO. 2013


1º Secretário

Declara de Utilidade Pública o Instituto de Convivência Incluir – ICI, com sede e foro no Município de Campo Magro.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública do Instituto de Convivência Incluir - ICI, com sede e foro no Município de Campo magro.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2013.


NEY LEPREVOST

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O Instituto de Convivência Incluir – ICI - tem por objetivo contribuir para a manutenção da saúde e educação de pessoas com necessidades especiais, proporcionar qualidade de vida a pessoas dificuldades econômicas, desenvolver estudos e pesquisas que possibilitem o desenvolvimento científico nas áreas de saúde, educação, esporte e social, oferecer orientação e apoio social a famílias carentes. Contribui para a inclusão sociocultural de portadores de necessidades especiais, por meio de projetos, programas, ações e serviços direcionados.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 354/2013

Projeto de Lei nº. 354/2013
Autor: Deputado Ney Leprevost

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **INSTITUTO DE CONVIVÊNCIA INCLUIR- ICI**, com sede e foro no Município de Campo Magro.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **INSTITUTO DE CONVIVÊNCIA INCLUIR- ICI**, com sede no Município de Campo Magro e foro no Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o foro da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

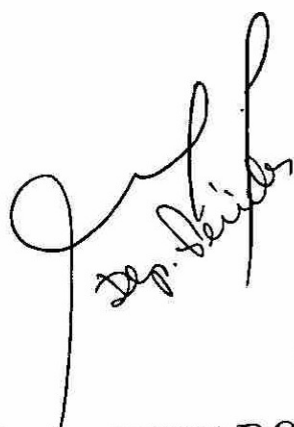


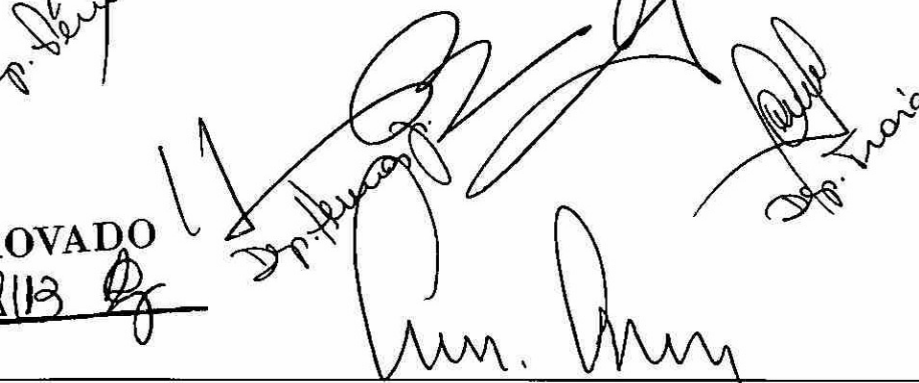
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 27 de Agosto de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


APROVADO
27/08/13


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Luciano



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 354/2013

De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 354/2013, passa a contar com a seguinte redação:

"SÚMULA - Declara de Utilidade Pública o Instituto de Convivência Incluir- ICI, com sede no Município de Campo Magro e foro no Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba ."

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Convivência Incluir- ICI, com sede no Município de Campo Magro e foro no Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Comissões, em 27 de Agosto de 2013.

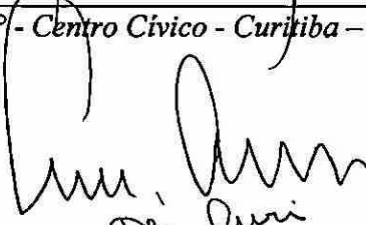

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

27/08/13 


Dep. Aníbal Khury


Dep. Carlos de Moraes



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

PROJETO DE LEI Nº 371/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 AGO. 2013

1º Secretário

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Hortifrutigranjeiros de Turvo, com sede e foro no Município Turvo.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Hortifrutigranjeiros de Turvo, com sede e foro no Município Turvo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 2013.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A propositura em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Hortifrutigranjeiros de Turvo, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade o estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 371/2013

Projeto de Lei nº. 371/2013
Autor: Deputado Alexandre Curi

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO DOS HORTIFRUTIGRANJEIROS DE TURVO**, com sede e foro no Município Turvo.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS HORTIFRUTIGRANJEIROS DE TURVO**, com sede no Município de Turvo e foro no Município de Guaratuba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o foro da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

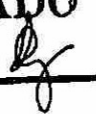
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 03 de Setembro de 2013.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


APROVADO

03.09.13 


Dep. Loupion


Dep. Traiano

Dep. Pastor Edson



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 371/2013

De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 371/2013, passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA - *Declara de Utilidade Pública Estadual*
a **ASSOCIAÇÃO** **DOS**
HORTIFRUTIGRANJEIROS DE TURVO, *com*
sede no Município de Turvo e foro no Município de
Guarapuava.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Hortifrutigranjeiros de Turvo, com sede no Município de Turvo e foro no Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03 de Setembro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praca Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI

400/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Cruzeiro do Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Cruzeiro do Oeste, do imóvel constituído de uma área localizada na Rua Peabiru, Lotes de Terras sob nºs 10, 10-A e 01 Unificados, da Quadra 07, do Loteamento Centro, com área de 2.443,00 m², Matrícula sob nº 10.545 do Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para serviços públicos municipais.

Parágrafo único. O imóvel cedido reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º A presente cessão terá vigência de vinte anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de setembro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 090/2013

Curitiba, 03 de setembro de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Cruzeiro do Oeste, do imóvel constituído de uma área localizada na Rua Peabiru, Lotes de Terras sob nºs 10, 10-A e 01 Unificados, da Quadra 07, do Loteamento Centro, com área de 2.443,00 m², Matrícula sob nº 10.545 do Registro de Imóveis daquela Comarca.

A presente medida atende plenamente aos interesses públicos eis que o imóvel será utilizado exclusivamente para serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que retornará ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade prevista e que a cessão de uso terá vigência de vinte anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 12.034.225-8

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 09 SET. 2013

1º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 400/2013

Projeto de Lei nº 400/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 90/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso do imóvel que especifica ao município de Cruzeiro do Oeste.

EMENTA: CESSAO DE USO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 96/2013, visa efetuar a cessão de uso ao município de Cruzeiro do Oeste, do imóvel com área total de 2443,00 m², composto pelos lotes nº 10. 10-A e 01, da Quadra 07, do Loteamento Centro, conforme Matrícula nº 10.545, do Registro de Imóveis daquela Comarca, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, § 2º, I da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

§ 2º A Administração também poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis, dispensada licitação, quando o uso destinar-se:

I - a outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de Setembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


APROVADO

Praca Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

10/09/13


Dep. Kuprian


Dep. Pastor


Dep. Aníbal


Dep. Carlos


Dep. Pádua


Dep. Antônio


Dep. Tadeu
Dep. Lupini
Dep. Traiano



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 400/2013

Projeto de Lei nº 400/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 090/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Cruzeiro do Oeste.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 400/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 090/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao município de Cruzeiro do Oeste, no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração Pública Municipal. O imóvel a ser cedido está constituído por uma área de 2.443,00 m², conferidos pela Matrícula sob nº 10.545 do registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste-PR.

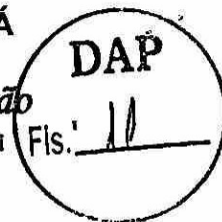
II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 400/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Cruzeiro do Oeste no Estado do Paraná, com cessão de uso de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área a ser cedida será utilizada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, o investimento em uma área como esta, atende diretamente aos interesses dos moradores e preza por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 400/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 090/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 400/2013**,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.




no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.


IV – VOTO DO RELATOR

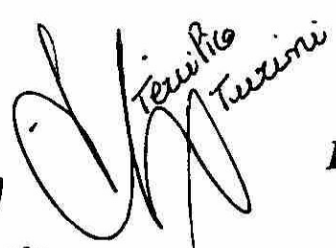
Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Fernando Scanavaca, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Cruzeiro do Oeste, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.


Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 400/2013, em sua forma apresentada.

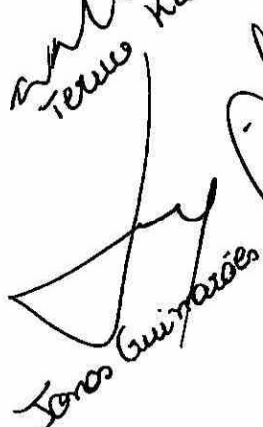
*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 16 de setembro de 2013.*

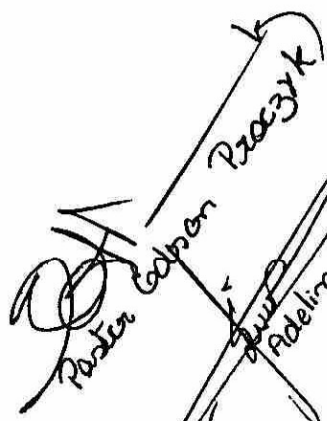

FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

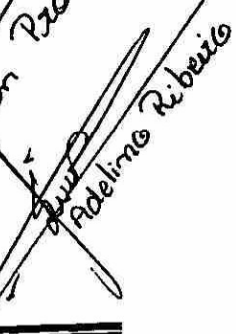

Teruo Kato


Tercílio Turini


ELTON WELTER
Relator


Jonas Guimarães


Pastor Edson Praczyk


Adelino Ribeiro

ANTEPROJETO DE LEI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Serranópolis do Iguaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Serranópolis do Iguaçu, de área urbana medindo cinco metros por quarenta metros, totalizando duzentos metros quadrados (200,00 m²), área do Colégio Estadual Presidente Kennedy, atingida pela edificação do Ginásio de Esportes de Flor da Serra, no bairro de mesmo nome, parte integrante da Matrícula nº 3.522, do Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para serviço público em benefício da municipalidade e garantida a utilização perpétua pela comunidade escolar integrante do Colégio Estadual Presidente Kennedy, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, inclusive o desmembramento da área e averbação da doação ora efetuada na Matrícula nº 3.522, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de setembro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº95 /2013

Curitiba, 03 de setembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Estado de Governo

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Serranópolis do Iguaçu de área urbana medindo cinco metros por quarenta metros, totalizando duzentos metros quadrados (200,00 m²), área do Colégio Estadual Presidente Kennedy, atingida pela edificação do Ginásio de Esportes de Flor da Serra, no bairro de mesmo nome, parte integrante da Matrícula nº 3.522, do Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o imóvel em questão será usado pelo Município exclusivamente para serviço público em benefício da municipalidade e garantida a utilização perpétua pela comunidade escolar integrante do Colégio Estadual Presidente Kennedy.

Importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que o mencionado bem será utilizado exclusivamente para o fim previsto e que o Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, inclusive o desmembramento da área e averbação da doação, caso contrário o referido imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 04 SET 2013
1º Secretário

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 10.534.366-3

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.
Em 04/09/2013
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 404/2013

Projeto de Lei nº 404/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 95/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Serranópolis do Iguaçu.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE SERRANOPOLIS DO IGUAÇU. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 95/2013, visa efetuar a doação ao município de Serranópolis do Iguaçu, do imóvel com área total de 200,00 m², conforme Matrícula nº 3522, do Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



**e do Ministério Público, terão origem na Assembléia,
sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do
Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade
com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de Setembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR










APROVADO

10.09.13

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 404/2013

Projeto de Lei nº 404/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 095/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Serranópolis do Iguaçu.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 404/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 095/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Serranópolis do Iguaçu, no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração Pública Municipal e da comunidade escolar integrante do Colégio Estadual Presidente Kennedy. O imóvel a ser doado está contemplada por uma área totalizando 200 m², área do Colégio Estadual Presidente Kennedy, atingida pela edificação do Ginásio de Esportes de Flor da Serra, no bairro de mesmo nome, parte integrante da Matrícula nº 3.522, do Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 404/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Serranópolis do Iguaçu, no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal e para garantida utilização perpétua do espaço pela comunidade escolar integrante do Colégio Estadual Presidente Kennedy. A área a ser doada, será utilizada apenas em benefício próprio da população e da comunidade escolar, já que a área citada foi atingida pela edificação do Ginásio de Esportes de Flor da Serra e desta forma, passa a ser estruturada a utilização do seu espaço. Os investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores, prezando por um fortalecimento



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município e incentivo à educação, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 404/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 095/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.

DAF
Fls. 13
Fei

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 404/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Nereu Moura, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Serranópolis do Iguaçu, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 404/2013**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 16 de setembro de 2013.

Teruo Kato
Jonas Guimarães

Tercílio Turini

FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

ELTON WELTER
Relator

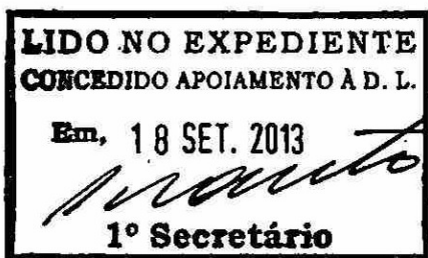
Adelino Ribeiro
Pastor Edson Praczyk



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 21/13



SÚMULA: Aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 2.009.

ART. 1º. - Fica aprovada a prestação de contas que compõe os demonstrativos dos Balanços Financeiro, Orçamentário e Patrimonial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 2.009.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2013

DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO PEDRO LUPION
Relator

Aníbal Khury
Presidente

Teodoro

Guilherme

Pericles



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
17ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa



PARECER

Da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS sobre a proposição nº 037/2013, em relação à prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 2009.

I- RELATÓRIO.

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 031/2010, que elenca a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2009, compreendendo: Relatório Anual de Atividades, Controle da Receita e Despesas Orçamentárias, em atendimento a legislação vigente, Lei Federal nº 4.320/1964, Lei Orçamentária nº 16.032/2008, Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 16.032/2008, Lei Complementar nº 101/2000 e, de acordo com a Instrução Normativa nº 07/2006, artigo 5º do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Apresentada a prestação de contas ao Tribunal de Contas, foram procedidas a verificação e a instrução sobre os aspectos formais, técnico-contábeis e de gestão, tendo por base os fatos constantes na análise da Diretoria de Contas Estaduais, bem como nos relatórios de inspeção das Inspetorias de Controle Externo.

Deste modo foi exarado o Acórdão nº 4224/12, com a seguinte ementa:

-FLS.01-



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
17ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

Prestação de Contas Estadual. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Exercício Financeiro de 2009. Diretoria de Contas Estaduais: pela Regularidade com ressalva. MPjTC: pela não aprovação. Pela Regularidade com recomendações ao Gestor.

É O RELATÓRIO.

II- DO PARECER.

A presente prestação de contas foi protocolada no prazo legal e atendidas as exigências da Instrução Normativa que a regulamenta. Sob o aspecto técnico-contábil foi possível verificar a regularidade das mesmas, pois não apresentou variação em relação ao Orçamento Inicial.

Quanto ao aspecto de gestão, os objetivos foram atingidos, realizadas satisfatoriamente as metas relativas às atividades propostas e respeitados os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias. Os Relatórios de Gestão Fiscal da Assembleia Legislativa foram devidamente publicados no decorrer do exercício.

Os exames foram conduzidos sob a ótica das legislações aplicadas à administração pública, reunindo os fatos importantes que marcaram a gestão desta Casa, abrangendo os sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial.

Alicerçado na análise formal e nos informes contidos diante dos relatórios positivos exarados sobre a regularidade das contas sob o aspecto técnico-contábil e o atendimento às metas de gestão pela Mesa Diretora deste Poder, considero que a

-FLS. 02-



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
17ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 2009 está correta, deliberando pela sua APROVAÇÃO.

É O PARECER

III- CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, considerando que a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 2009 está correta, o presente parecer conclui pela APROVAÇÃO.

Esta Proposição, após aprovada transformar-se-á em Projeto de Resolução.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.

Deputado ~~DUPLIO~~ GENARI.
Presidente da Comissão de Tomada de Contas.

Deputado PEDRO LUPION
Relator.

Alexandre
Teixeira

Quintana

Ribeira

Pariclos

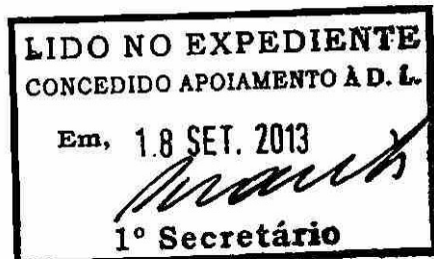
-FLS. 03-



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 25/13



SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de junho de 2013. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de junho de 2013.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 11 de setembro de 2013.

DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA



Justificativa

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 003/2009.

Formaliza-se a prestação de contas com o presente Projeto de Resolução, devendo o mesmo ser apreciado e aprovado pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 28/13



SÚMULA: Aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 2.010.

ART. 1º. - Fica aprovada a prestação de contas que compõe os demonstrativos dos Balanços Financeiro, Orçamentário e Patrimonial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 2.010.

ART. 2º. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 2013

DEPUTADO DULCIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI NETO
Relator

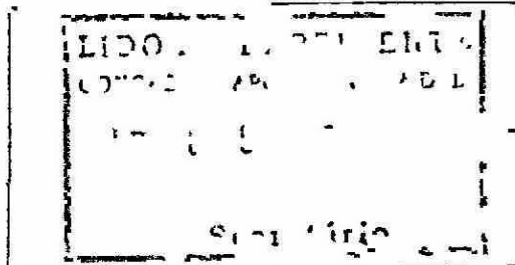
Dep. Alexandre
Dep. Aníbal Khury
Dep. Antônio Anibelli Neto
Dep. Celso
Dep. Cláudio



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa
Comissão De Tomada de Contas



PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 040/2013



Autoria: Tribunal de Contas

Súmula: Encaminha a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2010.

1 - PREÂMBULO

A Proposição nº 040/2013 tem por objetivo submeter à aprovação a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 2010, abrangendo a gestão orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e operacional. Trouxe em anexo o Acórdão nº 4152/12 do Tribunal Pleno, referente ao Processo nº 43623/11 do Tribunal de Contas e a íntegra do referido Processo em formato digital (CD-ROM).

A Prestação foi julgada regular pelo Tribunal de Contas do Estado, através do Acórdão 4152/2012, onde houve a recomendação de implementação de providencias no sentido de aprimorar a disponibilização de informações à Inspeção de Controle Externo daquele Tribunal.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

No que se refere ao exame de competência desta Comissão de Tomada de Contas, constatamos que a prestação de contas observou todas as técnicas contábeis sob a ótica das legislações aplicadas à administração pública, abrangendo os sistemas orçamentários, financeiro e patrimonial, sendo as operações financeiras realizadas dentro das normas e preceitos legais, especialmente de acordo com o art. 1º, III da Lei



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa
Comissão De Tomada de Contas



Complementar Estadual nº 113/2005, a Instrução Normativa 49/2010, os arts. 220 a 223 do Regimento Interno do TC e a Instrução Normativa nº 49/2010 do TC.

Desta forma, verificamos que na prestação de contas analisada, no que se refere à sua execução orçamentária e financeira, não foram encontrados quaisquer indícios de inconformidades, sendo atendida toda a legislação vigente.

3 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, decidimos pelo parecer FAVORÁVEL à aprovação das Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná referentes ao exercício financeiro de 2010, razão pela qual somos pela APROVAÇÃO da presente Proposição.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2013.

Dep. Péricles
Dep. Lupion
Dep. Alexandre
DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente
DEPUTADO ANIBELLI NETO
Relator
Dep. Américo

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VETO Nº 19/13

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 03/09/2013

Presidente



Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 162/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, veto o Projeto de Lei nº 032/2013, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 032/2013, de autoria parlamentar, objetiva dispor que todos os programas de asfaltamento e recapeamento de rodovias estaduais, bem como de construção e recuperação de vias públicas, devem assegurar a utilização preferencial de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis provenientes de reciclagem, observados os percentuais de mistura definidos em norma técnica de engenharia.

Ao dispor sobre as exigências para a realização de programas de asfaltamento e recapeamento de rodovias estaduais, ainda que sob o viés da "utilização preferencial", o referido Projeto de Lei invadiu a competência privativa do Executivo Estadual, tornando-o inconstitucional, por vício de iniciativa, na esteira do disposto no artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual.

Cabe lembrar que o art. 66 da Constituição do Paraná relaciona matérias de iniciativa privativa do Governador do Estado, a saber:

"Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (g.n.)"

É um imperativo lógico do princípio da Separação de Poderes a impossibilidade do Poder Legislativo imiscuir-se nos assuntos internos do Executivo, mormente nos assuntos que regulam as exigências que serão estabelecidas para a viabilização de programas de governo.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.º 11.818.058-5

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 10 SET. 2013

1º Secretário

Anotar-se, junto-se a Proposição de
referência e archive-se.

DL 11/9/13



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Além do vício de iniciativa, o Projeto de Lei também foi considerado como contrário ao interesse público porque a Diretoria Técnica do Departamento de Estradas de Rodagem - DT/DER, instada a se pronunciar sobre a proposta legislativa, exarou as seguintes considerações, através da Informação nº 044/2013 – DT, *verbis*:

"(...) assim como existem casos adequados ao uso do citado produto, em outros são mais apropriadas outras soluções de revestimentos asfáltico, mais econômicas, mais delgadas, aplicadas a frio (temperatura ambiente), para rodovias de tráfego médio a baixo (a maioria).

Existem ainda rodovias que necessitam de revestimentos não-asfálticos, como as de tráfego muito alto, indicando-se então o concreto de cimento Portland.

Concluindo, reconhecemos as qualidades do asfalto com uso de borracha, mas sua adequabilidade não é universal, devendo dar-se oportunidade ao Engenheiro projetista de rodovias para desenvolver livremente o dimensionamento do pavimento conveniente ao tráfego, às inovações e heterogeneidade de materiais além de outras variáveis técnico-econômicas da localização da obra rodoviária. (g.n.)

No mesmo sentido a Informação nº 256/2013 – DG, do Gabinete do Senhor Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DG/DER:

"Considerando que o asfalto com borracha de pneumáticos inservíveis, sempre que recomendável, já vem sendo utilizado há muitos anos e a necessidade de dar liberdade e estímulo aos projetistas para adotar o pavimento mais adequado para cada trecho de rodovia, cabe a este Departamento posicionar-se contrariamente à progressão do presente Projeto de Lei. (g.n.)

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 19/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 19/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 32/2013, de autoria do Deputado Élio Rusch, que dispõe sobre a utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos provenientes de reciclagem.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 32/2013, de autoria do Deputado Élio Rusch, que dispõe sobre a utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos provenientes de reciclagem, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 344/2012 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **15 de Agosto de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 19/2013, foi



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



exarada em data de 03 de Setembro de 2013, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

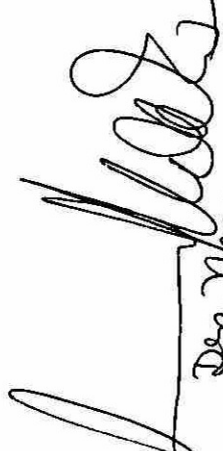


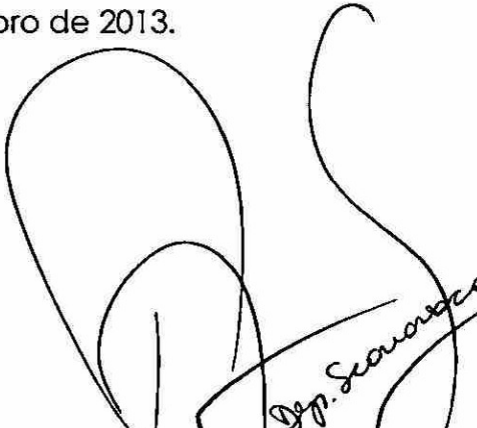
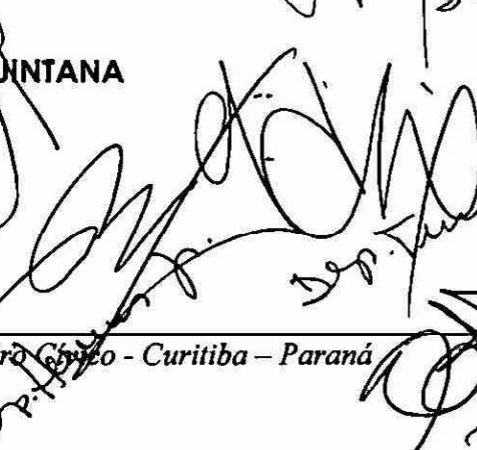



CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 17 de Setembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CAIO QUINTANA
RELATOR








APROVADO
19/09/13 
Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



SEEG

CTL

Fls. 16

Projeto de Lei nº 32/2013 (Autoria do Deputado Elio Rusch)

Dispõe sobre a utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis provenientes de reciclagem.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

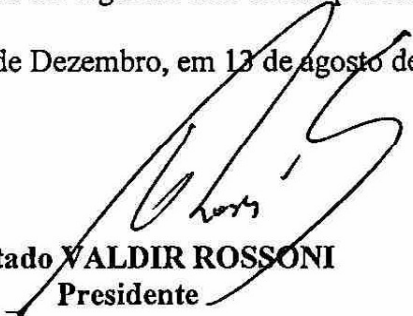
Art. 1º Todos os programas de asfaltamento e recapeamento de rodovias estaduais, bem como de construção e recuperação de vias públicas, devem assegurar a utilização preferencial de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis provenientes de reciclagem, observados os percentuais de mistura definidos em norma técnica de engenharia.

§ 1º Nos processos licitatórios de obras que envolvam a utilização de asfalto, o Estado estabelecerá a utilização preferencial da massa asfáltica a que se refere o *caput* deste artigo, bem como especificará a norma técnica de engenharia a ser adotada para a composição.

§ 2º Podem participar do processo licitatório para a execução de asfalto ecológico, empresas que demonstrem capacidade técnica para a execução de serviços de massa asfáltica convencional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 13 de agosto de 2013.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário